



RELATO INSTITUCIONAL

(Ano base 2020)

SUMÁRIO

1. Breve Histórico da IES	3
2. Conceitos obtidos pela IES nas avaliações externas institucionais e de curso	4
2.1. Conceitos obtidos pela FACEM nas Avaliações Institucionais Externas	5
3. Projetos e processos de autoavaliação	5
4. Divulgação e análise dos resultados da autoavaliação	7
5. Plano de melhorias a partir dos processos avaliativos	11
6. Processos de Gestão	15
7. Demonstração de evolução Institucional	16
8. Conclusão	17

1. Breve Histórico da IES

A **Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo – ASSUPERO** pessoa jurídica de direito privado com sede na Avenida Paulista, nº 900, 1º andar, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, com Estatuto registrado e protocolado em microfilme no Quarto Cartório de Títulos e Documentos de São Paulo, em 04/02/2004, sob o nº 477.740, cadastrada no CNPJ sob o nº 06.099.219/0001-01, era uma entidade mantenedora sem fins lucrativos até o ano de 2017.

A partir de janeiro de 2018, foi aprovada a transformação do tipo jurídico da ASSUPERO de associação sem fins lucrativos para Sociedade Simples Limitada sob denominação de **ASSUPERO ENSINO SUPERIOR S/S LTDA.**, cuja ata encontra-se registrada no 4º Registro de Pessoas Jurídicas da Capital sob nº 669725, de 22 de janeiro de 2018, com manutenção do mesmo CNPJ nº 06.099.229/0001-01.

Em 06 de julho de 2018, após registro na JUCESP, sob NIRE nº 3523113603-9, ocorreu a transformação do tipo societário para **ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA.**, permanecendo o mesmo CNPJ nº 06.099.229/0001-01.

Com a transformação, a **ASSUPERO** passou à categoria administrativa de mantenedora com fins lucrativos. A SERES/MEC já efetuou no cadastro do sistema e-MEC.

O **FACULDADE DO ESTADO DO MARANHÃO – FACEM** é um estabelecimento isolado de ensino superior situado na Alameda D, nº 05, Bairro - Vinhais II, em São Luís, Estado do Maranhão.

Uma vez credenciada pela Portaria Ministerial n.º 3.543, publicada no D.O.U. de 28/11/2003, a FACEM passou a oferecer programas de graduação em diferentes áreas de conhecimento, a saber: Administração autorizado pela Portaria n.º 3.544, publicada no D.O.U. de 28/11/2003; Ciências Contábeis, autorizado pela Portaria n.º 3.545, publicada no D.O.U. de 28/11/2003; Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda autorizado pela Portaria n.º 3.547, publicada no D.O.U. de 28/11/2003; e Turismo, autorizado pela Portaria n.º 3.546, publicada no D.O.U. de 23/12/2002. Em 2006 foi autorizado o curso de Direito através da portaria nº 1.356, publicada no D.O.U de 21/07/2006. Em 2007 foram autorizados os cursos superiores de menor duração: Comércio Exterior; Gestão Comercial; Gestão de Recursos Humanos; Gestão de Turismo; Gestão Hospitalar; Marketing; Processos Gerenciais através da portaria nº 364, publicada no D.O.U. de 22/05/2007.

Em 2009 o curso de Ciências Contábeis foi reconhecido através da portaria nº 1.148, publicada no D.O.U. de 30/07/2009 e o curso de Administração foi reconhecido através da portaria nº 127, publicada no D.O.U. de 08/02/2010.

Em 2011, foi autorizado o curso de Matemática através da Portaria nº 40/11, publicada no D.O.U de 11/01/2011. Em 2013 houve a renovação de reconhecimentos dos cursos de Administração, através da Portaria nº 737/13 publicada no D.O.U. de 31/12/2013, houve nova Renovação de Reconhecimento através da Portaria nº 86/19 publicada no D.O.U. de 20/02/2019 e Ciências Contábeis, através da Portaria 704/13 publicada no D.O.U de 19/12/2013. O curso de Direito foi reconhecido através da Portaria nº 655/13 publicada no D.O.U nº 12/12/2013.

Ao longo deste relatório referente ao exercício de 2020, veremos os avanços já realizados e o que precisamos aprimorar nos aspectos administrativo-pedagógico, especialmente, na efetivação da melhoria estrutural do FACEM, por meio de uma pesquisa quantitativa com os acadêmicos dessa IES, direcionado para de ensino presencial dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito.

Quadro 1: Membros da CPA

MEMBRO	SEGMENTO REPRESENTATIVO
Prof. Rafael Machado Passos Vale	Coordenador da CPA
Prof. Luís Felipe Pinto Heilmann	Representante dos Coordenadores de Curso
Prof. Gibson Passinho da Silva	Representante do corpo Docente
Nil Frank Silva da Costa	Representante do Corpo Técnico-Administrativo
Fabiene Araújo Pereira	Representante do Corpo Discente
Andreia Karita Barros Primo	Representante do Corpo Egresso
Júlio Cezar Pereira Campos	Representante da Sociedade Civil

2. Conceitos obtidos pela IES nas avaliações externas institucionais e de curso

CI	ENADE 2018	CPC	CC	IGC
3	2	2	3	2

Quadro 2: Autorização e Reconhecimento

Cursos Autorizados	Ato Legal			Vagas	Nº de alunos			
	Autorização	Reconhecimento	Renovação		2019		2020	
					1º sem	2º sem	1º sem	2º sem
Administração	Port. 3.544 – 26/11/03 DOU 28/11/03	Port 127 – 05/02/10 DOU 08/02/10	Port 86/19 DOU 20/02/19	600 N	36	29	17	16
Ciências Contábeis	Port. 3.545 – 26/11/03 DOU 28/11/03	Port. 1.148 – 29/07/09 DOU 30/07/09	Port 704/13 DOU 18/12/13	100 N	45	41	51	31
Direito	Port. 1.356 – 20/07/06 DOU 21/07/06	Port 655/13 DOU 12/12/13	-	100 N	336	322	257	231
Gestão Hospitalar	Portaria 364 – 18/05/07 DOU 22/05/07	-	-	200 N	0	0	0	0
Gestão de Turismo	Portaria 364 – 18/05/07 DOU 22/05/07	-	-	200	0	0	0	0

2.1. Conceitos obtidos pela FACEM nas Avaliações Institucionais Externas

Curso	ENADE 2018	CPC	CC
Administração	2	2	3
Ciências Contábeis	2	2	3
Direito	2	2	3

3. Projetos e processos de autoavaliação

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) das IES foi instituída por meio da Portaria nº 01, de 11 de junho de 2004, em consonância com o Art. 11, da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

A atuação da CPA é autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição, em conformidade com o determinado no inciso II, do art. 11, da Lei nº 10.861/2004.

Constituem objetivos da CPA:

1. Coordenar os processos de avaliação internos da instituição;

2. Elaborar, implementar e acompanhar o Projeto de Avaliação Interna da IES;
3. Sensibilizar a comunidade interna da IES para participar ativamente das ações avaliativas;
4. Sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo INEP/MEC;
5. Promover as ações institucionais necessárias ao cumprimento dos objetivos do SINAES;
6. Conduzir de forma ética os processos de avaliação interna;
7. Estimular a cultura da auto avaliação no meio institucional.

Compete à CPA:

1. Organizar os procedimentos e instrumentos a serem usados na avaliação interna da IES, incluindo a formação de grupos de trabalho;
2. Coordenar e participar da elaboração e aplicação dos instrumentos de coleta de dados e informações sobre a realidade institucional;
3. Garantir o rigor na coleta de dados e informações, bem como em todas as atividades pertinentes à avaliação interna;
4. Articular a participação de toda a comunidade interna e externa no processo avaliativo;
5. Promover seminários e debates de sensibilização da comunidade universitária para que participem ativamente do processo de avaliação interna;
6. Coordenar a análise dos dados e informações coletados, produzindo relatórios destinados a subsidiar o planejamento estratégico das IES;
7. Promover a ampla disseminação dos resultados da avaliação interna institucional mediante a divulgação de relatórios, informativos e boletins;
8. Empenhar-se para que a autoavaliação seja ponto de partida para a reflexão e proposições de melhorias institucionais;
9. Elaborar os relatórios parciais e finais referentes a cada período avaliativo institucional.

O trabalho da Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem como objetivo promover melhoras do ensino e da aprendizagem. Para tanto utiliza a avaliação como instrumento. Desta forma, procura contribuir com a gestão universitária, indicando caminhos e revendo processos.

A CPA tem contribuído para o processo de avaliação interna, procurando aperfeiçoar seus instrumentos de pesquisa e envolver mais a participação de todos os segmentos.

Visando a participação da comunidade acadêmica de forma representativa, são envolvidos os discentes e docentes em pesquisas realizadas ao longo do ano, procurando através da autoavaliação, avaliar questões relacionadas ao ensino, extensão, responsabilidade social, infraestrutura, corpo docente e gestão da IES. Desta forma, buscando analisar a coerência entre o que a Instituição faz e o que se propõe a fazer a partir de sua missão.

Todo segmento envolvido recebe um instrumento onde permite manifestar sua satisfação ou insatisfação e fazer suas devidas observações. Estas informações obtidas vão ser utilizadas pela IES para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; para orientar suas políticas acadêmica e de gestão e para desvelar a realidade dos cursos e da própria instituição. A autoavaliação institucional, realizada de forma permanente, avalia todos os indicadores estabelecidas pelo INEP.

Para que a atividade da CPA seja uma constante na tomada de decisão da IES, é indispensável que os dados levantados sejam de fácil visualização e compreensão. É por este motivo que a complexidade das atividades realizadas e das informações obtidas pela CPA estão consolidadas esquematicamente pelas dez dimensões preestabelecidas pelo SINAES.

4. Divulgação e análise dos resultados da autoavaliação

A CPA da FACEM elabora periodicamente questionários de avaliação que são aplicados nos diversos setores da instituição, o que permite a verificação do cumprimento da missão e das políticas institucionais. A comunidade interna da FACEM, formada pela direção, professores, funcionários e alunos da instituição, beneficia-se da autoavaliação na medida em que adquire subsídios para refletir sobre seu projeto acadêmico-institucional e transforma-lo. A comunidade externa, por sua vez, tem acesso aos pontos e às fragilidades da instituição assim avaliados. A Lei nº 10.861/2004, que instituiu o SINAES, apoia-se em componentes básicos, que caracterizam processos distintos de avaliação:

- A avaliação institucional;
- A avaliação dos cursos de graduação;
- A avaliação do desempenho dos estudantes, conhecida por ENADE;
- A avaliação externa.

Sendo parte de um mesmo sistema de avaliação, cada um destes processos é desenvolvido em situações e momentos distintos, fazendo uso de instrumentos próprios, mas articulados entre si.

O resultado da pesquisa da Avaliação Institucional Interna, realizada entre os meses de janeiro/2021 a fevereiro/2021, são os seguintes:

Clientela alvo: Alunos dos Cursos de ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E DIREITO.

Resultado da Avaliação Institucional Interna – 2021 (Ano base 2020)

DADOS OBTIDOS:

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA

Descrição: CPA - Pesquisa de Avaliação Institucional Interna - Discentes

Período de postagem do questionário: 12/01/2021 à 20/01/2021

Período de resposta do questionário: 21/01/2021 à 05/03/2021

Perfil: ALUNO

CAMPUS: FACEM | QUESTÕES POSTADAS: 20

1- Tive facilidade para adaptar meus estudos na modalidade EAD.

- Concordo Plenamente - 28.4% - 37
- Concordo Parcialmente - 35.3% - 46
- Discordo Parcialmente - 20% - 26
- Discordo Plenamente - 16.1% - 21

Total de participantes: 130

2- A Instituição ofereceu ambiente digital favorável ao ensino remoto.

- Concordo Plenamente - 32.0% - 42
- Concordo Parcialmente - 39.6% - 52
- Discordo Parcialmente - 16.0% - 21
- Discordo Plenamente - 12.2% - 16

Total de participantes: 131

3- Os professores se mostraram adaptados ao ambiente digital no ensino remoto.

- Concordo Plenamente - 34.3% - 45
- Concordo Parcialmente - 36.6% - 48
- Discordo Parcialmente - 18.3% - 24
- Discordo Plenamente - 10.6% - 14

Total de participantes: 131

4- Em relação ao meu nível de aproveitamento acadêmico, estou satisfeito.

- Concordo Plenamente - 22.1% - 29
- Concordo Parcialmente - 40.4% - 53
- Discordo Parcialmente - 17.5% - 23
- Discordo Plenamente - 19.8% - 26

Total de participantes: 131

5- Não tive dificuldades de adaptação no meu ambiente físico para desenvolver meus estudos

- Concordo Plenamente - 35.1% - 46
 - Concordo Parcialmente - 32.8% - 43
 - Discordo Parcialmente - 17.5% - 23
 - Discordo Plenamente - 14.5% - 19
- Total de participantes: 131

6- Dispunha de equipamentos necessários para desenvolver minhas atividades de estudos, na modalidade a distância

- Concordo Plenamente - 41.2% - 54
 - Concordo Parcialmente - 32.8% - 43
 - Discordo Parcialmente - 16.0% - 21
 - Discordo Plenamente - 9.92% - 13
- Total de participantes: 131

7- A internet que tenho, foi suficiente para eu acessar os conteúdos e participar das atividades propostas.

- Concordo Plenamente - 44.2% - 58
 - Concordo Parcialmente - 34.3% - 45
 - Discordo Parcialmente - 12.2% - 16
 - Discordo Plenamente - 9.16% - 12
- Total de participantes: 131

8- As orientações passadas sobre o ensino remoto foram suficientes para o desenvolvimento das atividades do estudo.

- Concordo Plenamente - 26.1% - 34
 - Concordo Parcialmente - 43.8% - 57
 - Discordo Parcialmente - 20.7% - 27
 - Discordo Plenamente - 9.23% - 12
- Total de participantes: 130

9- A interatividade oferecida foi de fácil acesso contribuindo para melhor aproveitamento dos estudos.

- Concordo Plenamente - 25.5% - 33
 - Concordo Parcialmente - 45.7% - 59
 - Discordo Parcialmente - 14.7% - 19
 - Discordo Plenamente - 13.9% - 18
- Total de participantes: 129

10- A condição financeira oferecida pela instituição foi adequada para o momento de pandemia.

- Concordo Plenamente - 20.9% - 27
 - Concordo Parcialmente - 27.9% - 36
 - Discordo Parcialmente - 20.1% - 26
 - Discordo Plenamente - 31.0% - 40
- Total de participantes: 129

11- A instituição divulgou, no site e em cartazes, todas as orientações e informações sobre a pandemia e procedimentos a serem adotados, contribuindo na prevenção da doença.

- Concordo Plenamente - 44.1% - 57
 - Concordo Parcialmente - 34.1% - 44
 - Discordo Parcialmente - 14.7% - 19
 - Discordo Plenamente - 6.97% - 9
- Total de participantes: 129**

12- Durante o período da pandemia tive dificuldade de desenvolver meus estudos por não terá prática da metodologia do ensino remoto.

- Concordo Plenamente - 27.9% - 36
 - Concordo Parcialmente - 37.9% - 49
 - Discordo Parcialmente - 20.1% - 26
 - Discordo Plenamente - 13.9% - 18
- Total de participantes: 129**

13- As condições do ensino remoto oferecido pela instituição para o desenvolvimento do conteúdo programático do curso atenderam minhas expectativas.

- Concordo Plenamente - 24.0% - 31
 - Concordo Parcialmente - 40.3% - 52
 - Discordo Parcialmente - 17.8% - 23
 - Discordo Plenamente - 17.8% - 23
- Total de participantes: 129**

14- Ao realizar os estudos na modalidade EAD senti que meu aproveitamento foi satisfatório.

- Concordo Plenamente - 24.2% - 31
 - Concordo Parcialmente - 33.5% - 43
 - Discordo Parcialmente - 19.5% - 25
 - Discordo Plenamente - 22.6% - 29
- Total de participantes: 128**

15- A forma como os docentes apresentaram as aulas virtuais permitiram um bom aproveitamento, o qual contribuiu para minha formação.

- Concordo Plenamente - 26.5% - 34
 - Concordo Parcialmente - 40.6% - 52
 - Discordo Parcialmente - 20.3% - 26
 - Discordo Plenamente - 12.5% - 16
- Total de participantes: 128**

16- A instituição ofereceu apoio e atendimento de diferentes formas, a fim de que o aluno se sentisse apoiado e amparado por todos os segmentos (secretaria, tesouraria, coordenação e outros).

- Concordo Plenamente - 32.5% - 42
 - Concordo Parcialmente - 27.1% - 35
 - Discordo Parcialmente - 20.9% - 27
 - Discordo Plenamente - 19.3% - 25
- Total de participantes: 129**

17- O atendimento ao aluno para questões acadêmicas, financeiras, orientações e reclamações esteve disponibilizado durante todo o ano (secretaria, ouvidoria, reclame aqui).

- Concordo Plenamente - 37.5% - 48
- Concordo Parcialmente - 31.2% - 40
- Discordo Parcialmente - 12.5% - 16
- Discordo Plenamente - 18.7% - 24

Total de participantes: 128

18- O ambiente virtual disponibilizados (AVA, ZOOM, TEAMS) foram adequados.

- Concordo Plenamente - 41.0% - 53
- Concordo Parcialmente - 37.9% - 49
- Discordo Parcialmente - 15.5% - 20
- Discordo Plenamente - 5.42% - 7

Total de participantes: 129

19- Em relação à minha atuação profissional estou satisfeito com o ensino oferecido pela instituição.

- Concordo Plenamente - 29.4% - 38
- Concordo Parcialmente - 40.3% - 52
- Discordo Parcialmente - 13.1% - 17
- Discordo Plenamente - 17.0% - 22

Total de participantes: 129

20- A instituição tomou todas as medidas impostas pelas autoridades do ensino superior objetivando a segurança e bem estar dos alunos.

- Concordo Plenamente - 49.6% - 64
- Concordo Parcialmente - 31.0% - 40
- Discordo Parcialmente - 10.8% - 14
- Discordo Plenamente - 8.52% - 11

Total de participantes: 129

5. Plano de melhorias a partir dos processos avaliativos

O Programa de Auto avaliação da FACEM tem se baseia na metodologia proposta pelo SINAES/CONAES. De acordo com a Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, a avaliação institucional deverá contemplar as seguintes dimensões, respeitando-se obviamente, as especificidades de cada uma das IES:

A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, que identifica o projeto e ou missão institucional, em termos de finalidade, compromissos, vocação e inserção regional ou nacional;

A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção

acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades, a qual explicita as formas de procedimento quanto à formação acadêmico-científica, profissional e cidadã, de construção e disseminação do conhecimento, de articulação interna, que favorece a iniciação científica e profissional, os grupos de pesquisa e o desenvolvimento de projetos de extensão;

A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere a sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, que contempla o compromisso social da instituição enquanto portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e pluricultural, de respeito pela diferença e de solidariedade, independente da configuração jurídica da IES;

A comunicação com a sociedade, que procura identificar as formas efetivas de aproximação entre a IES e a sociedade, de tal sorte que a comunidade participe ativamente da vida acadêmica, bem como fique explicitado o compromisso da IES com a melhoria das condições de vida da comunidade, ao repartir com ela o saber que produz e as informações que detém;

As políticas de pessoal, carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho, que explicita as políticas e os programas de formação, aperfeiçoamento e capacitação do pessoal docente e técnico-administrativo, associando-os com planos de carreira condizentes com a magnitude das tarefas a serem desenvolvidas e com as condições objetivas de trabalho;

Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios, que procura avaliar os meios de gestão para cumprir os objetivos e projetos institucionais, a qualidade da gestão democrática, em especial nos órgãos colegiados, as relações de poder entre estruturas acadêmicas e administrativas e a participação nas políticas de desenvolvimento e expansão institucional;

Infraestrutura física, especialmente a de ensino e pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional, que procura perceber como o processo de avaliação está interligado ao processo de desenvolvimento institucional;

Políticas de atendimento aos estudantes, que procura analisar as formas com que os estudantes estão sendo integrados à vida acadêmica e os programas através dos quais a IES busca atender aos princípios inerentes à qualidade da vida estudantil;

Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta e procura da educação superior que avalia a capacidade de gestão e administração do orçamento e as políticas e estratégias de gestão acadêmica, com vistas à eficácia na utilização e na obtenção de recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas.

A partir da Nota Técnica Nº 14 /2014 – CGACGIES/DAES/INEP/MEC – Assunto: Instrumento de Avaliação Institucional Externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi organizado um instrumento matricial com cinco eixos, contemplando nestes, as dez dimensões referenciadas no marco legal do SINAES (Artigo 3º da Lei nº 10.861). O agrupamento das dimensões em eixos visa facilitar o diálogo entre as atividades que devem ser articuladas no momento da avaliação. Os eixos ficam assim dispostos:

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 do SINAES (Planejamento e Avaliação).

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES.

Eixo 3– Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do SINAES.

Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES.

Eixo 5 – Infraestrutura Física: contempla a dimensão 7 (Infraestrutura Física) do SINAES.

A CPA, com base nesta nota técnica – agrupamento das 10 dimensões em 5 eixos – planejará a pesquisa em etapas com a elaboração dos instrumentos visando a coleta dos dados para a avaliação interna. Após a coleta dos dados, a CPA vai sistematizar e analisar os dados. A análise final pretende incluir, também, os seguintes níveis:

- Nível declaratório que analisará os textos fundamentais do projeto institucional;
- Nível normativo que avalia a coerência entre as normas institucionais e a gestão prática do Instituto;
- Nível da organização que avalia se a instituição conta com instâncias que promovam a qualidade compatível com as modalidades de ensino, pesquisa e extensão e sua efetividade acadêmica e social;

- Nível de resultados que avalia a eficácia e efetividade acadêmica e social dos processos desenvolvidos, formação de profissionais, produção acadêmica, artística e cultural disseminada no âmbito técnico-científico e social.

O processo avaliativo desta forma foi organizado e etapas tendo como referência os 5 eixos. O resultado das etapas será apresentado em relatórios parciais e no final do processo será feito o compilamento de todas as etapas que resultará no relatório final da avaliação interna e o mesmo será encaminhado ao Conselho Superior da IES e para o Ministério da Educação.

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos
<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional, e; - Privilegiar o conceito da auto avaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para sua realização. 	<ul style="list-style-type: none"> - Gerar conhecimento para a tomada de decisão dos dirigentes da instituição em relação à melhoria contínua de qualidade dos serviços de educação superior ofertados; - Pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades as cumpridas pela instituição; - Identificar as potencialidades da instituição e as possíveis causas dos seus problemas e pontos fracos; - Aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo; - Fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais; - Tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade; - Julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos; - Prestar contas à sociedade sobre os serviços desenvolvidos.

Quadro 4: 5 Eixos abrangendo as 10 dimensões do SINAES

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional	Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	Eixo 3: Políticas Acadêmicas	Eixo 4: Políticas de Gestão	Eixo 5: Infraestrutura Física
Dimensão: 8- Planejamento e Avaliação	Dimensões: 1- Missão e PDI 3- Responsabilidade Social	Dimensões: 2- Políticas para Ensino, Pesquisa e Extensão. 4- Comunicação com a sociedade. 9- Política de	Dimensões: 5- Política de Pessoal 6- Organização e gestão da IES. 10- Sustentabilidade Financeira	Dimensão: 7- Infraestrutura Física

		Atendimento aos discentes		
--	--	---------------------------	--	--

6. Processos de Gestão

Os processos avaliativos devem constituir, em primeiro lugar, instrumentos importantes de gestão capazes de indicar caminhos e rever processos. Mais que medir índices de crítica e satisfação a Avaliação Institucional está comprometida com a real reflexão sobre todos os processos e procedimentos.

A avaliação institucional se constitui um forte instrumento de melhoria da qualidade de ensino. Ela por ser participativa, coletiva, livre de ameaças, tem a capacidade de análises não comprometidas e envolve toda a comunidade acadêmica que participou respondendo questionários, criticando os procedimentos em andamento, discutindo em grupo os problemas de ensino e sugerindo ações que provoquem a melhoria da qualidade da Instituição como um todo. A avaliação é essencialmente educativa, portanto formativa, sem que para isso deixe de utilizar instrumentos e procedimentos de acompanhamento do processo e dos produtos.

A Avaliação Institucional é uma prática instituída na FACEM, que acompanha criteriosamente o desenvolvimento de suas atividades. Essa proposta de avaliação está comprometida com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), estando direcionada para a melhoria da qualidade do ensino, da extensão e da gestão institucional, para a orientação da expansão da oferta de seus cursos, para afirmação da identidade institucional; 4) contribuir para a comunidade na qual está inserida considerando especialmente ações de responsabilidade social, levando em conta todas as variáveis que estejam relacionadas com o bom andamento desta Instituição.

A noção de qualidade está presente em cada passo planejado pela Instituição que busca a eficiência de todos os processos educacionais e administrativos. É dentro desse contexto que se institui a Comissão Própria de Avaliação (CPA), com o principal objetivo de promover a melhoria do ensino e da aprendizagem usando a avaliação como agente modificador. A Missão da FACEM, o seu propósito e suas metas determinam que haja também uma preocupação constante com a formação integral do ser humano, enfatizando o exercício pleno da cidadania

A avaliação global da eficiência da Instituição é feita por meio do exame e da análise de dados contendo resultados tanto dos aspectos operacionais como acadêmicos

dos diversos cursos. Esses componentes incluem a parte administrativa e as relações com a comunidade em que a Instituição está inserida.

Os processos avaliativos precisam construir a globalidade e a integração entre o sujeito e o objeto. A redução do fenômeno complexo e multidimensional da avaliação a um só ou poucos aspectos, sem articulação, traz o risco de resumir o processo a um desses instrumentos dedicados a medir e comparar, o que pode comprometer os resultados de desfigurar objetivos, portanto o aspecto da globalidade deve ser enfatizado sob pena de perder-se o entendimento multidimensional e polissêmico.

A Avaliação Institucional deve organizar os diversos instrumentos avaliativos de acordo com o princípio da integração. A proposta é de uma avaliação constituída basicamente no processo de auto avaliação, visando principalmente o autoconhecimento institucional.

7. Demonstração de evolução Institucional

Com base nos resultados obtidos na pesquisa avaliativa realizada pela Comissão Própria de Avaliação, por meio de questionários eletrônicos, respondidos pela comunidade acadêmica via internet, assim como nos levantamentos realizados in loco e nas análises desenvolvidas pela Comissão Própria de Avaliação da FACEM, concluímos o relatório de avaliação institucional da FACEM, relativo ao ano letivo de 2020, apresentando uma série de recomendações, em conformidade com os princípios e fundamentos teórico-filosóficos da avaliação.

As recomendações a seguir têm a finalidade precípua de subsidiar as ações gestoras que visem à solução de problemas existentes, além de contribuir com a elevação do padrão de qualidade dos processos e dos produtos gerados ou desenvolvidos pelos membros da comunidade acadêmica da FACEM.

Recomendações:

- Prosseguir com os treinamentos visando o aperfeiçoamento do corpo docente nas novas ferramentas tecnológicas da educação, tão importantes para se manter a qualidade do ensino neste período de necessidade de isolamento social;
- Intensificação e melhoramento dos programas de incentivo financeiro para que os discentes possam prosseguir com os estudos neste momento de pandemia;

- Criação de instrumentos para que o corpo discente se adapte mais rapidamente com as novas ferramentas tecnológicas da educação que estão sendo utilizadas no ensino remoto.
- Continuidade e reestruturação do NAAP, para que este prossiga no atendimento psicopedagógico ao corpo discente e docente de forma remota;
- Reestruturação das atividades práticas realizadas pelo Núcleo de Prática Jurídica, para se adequar à modalidade de ensino remoto, para continuar sendo um órgão ativo na formação dos alunos na prática, enquanto durar a pandemia da covid-19.
- Continuidade da promoção dos eventos acadêmicos como, palestras e seminários na modalidade remota;
- Manter ativo o acompanhamento e apoio aos discentes para futuros exames do ENADE;
- Incremento das plataformas de comunicação da FACEM tanto com a sua comunidade acadêmica, como com a sociedade civil;
- Adaptar os treinamentos dados ao corpo administrativo, para que possam oferecer apoio e atendimento de diferenciado neste momento de necessidade de isolamento social;
- Sensibilização contínua da comunidade acadêmica para a importância da avaliação institucional em reunião com os coordenadores dos cursos e visita as salas de aula;
 - Continuidade das práticas de planejamento participativo com reuniões para elaboração do calendário letivo, projetos e atividades correlacionadas à gestão, ensino e extensão;
 - Continuidade das reuniões mensais com as coordenações de curso para acompanhamento e planejamento de ações previstas no Calendário Acadêmico, discussão e tomada de decisões sobre assuntos acadêmicos;
 - Continuidade das reuniões do Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada curso, visando a melhoria constante dos Projetos Pedagógicos dos cursos, além da discussão com os órgãos colegiados de inovações nas práticas pedagógicas;
 - Fomentar a discussão constante sobre medidas que garantam a saúde de colaboradores e alunos, durante a pandemia da covid-19;

- Buscar alternativas para que possamos dar continuidade a projetos de pesquisa e extensão durante este momento de necessidade de isolamento social.

Conclusão

Diante de um ano tão atípico como foi o de 2020, com todas as dificuldades e incertezas trazidas pela pandemia da covid-19, a CPA/FACEM se manteve atuante, sempre apontando alternativas junto aos órgãos de direção da IES, para manter a qualidade do ensino mesmo de forma remota, além de lutar pela própria sobrevivência da instituição.

No que pese todos os contratempos enfrentados pelas instituições de ensino no último ano, os resultados obtidos nesta avaliação ainda demonstram certo contentamento da comunidade acadêmica com a gestão, o ensino e as soluções adotadas diante do ensino remoto.

A rápida inserção de novas plataformas ajudaram no desenvolvimento do ensino remoto, além de facilitar a adaptação de alunos e professores nesta modalidade de ensino, sem comprometer o nível.

Não há dúvidas que o fato de passarmos, praticamente, todo o ano de 2020 em ensino remoto acabou por distanciar a CPA/FACEM da comunidade acadêmica, principalmente no que se refere aos alunos. Desta forma, o grande desafio desta comissão para o ano de 2021 é encontrar alternativas que a aproxime da comunidade acadêmica, mesmo neste momento de isolamento social.

Neste sentido, ainda mais esforços deverão ser despendidos no sentido de fomentar uma participação mais efetiva da comunidade acadêmica da FACEM no processo de avaliação interna da instituição, principalmente do corpo discente.

Devemos reconhecer que a participação da comunidade deve se dar desde o processo de elaboração dos questionários de avaliação até a compilação e encaminhamento dos resultados, para que todos os atores envolvidos tenham a possibilidade de relacionar o trabalho da CPA com rumos tomados pela IES.

Outra importante tarefa da CPA/FACEM é retomar o seu trabalho de auxílio aos gestores da instituição na missão de obter um aumento do rendimento desta faculdade no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). A CPA/FACEM deverá participar ativamente na reflexão sobre os métodos de preparação e engajamento a serem utilizados.

Vivemos um dos períodos mais complexos da história humana, mas esta comissão não perderá seu foco na busca pela excelência no ensino da nossa instituição.